

*Senado Federal*  
**Congresso** O ministro Francisco Dornelles deixa a pasta para assumir comando da operação na Câmara

# FHC cobra de ministros ação para barrar CPI

**Ricardo Amaral**  
De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu pessoalmente a operação para sepultar a CPI da Corrupção, poucas horas antes de a oposição ter apresentado requerimento de sua criação, o que só foi possível com as assinaturas de 48 deputados e 13 senadores de sua base partidária. Fernando Henrique convocou ao Palácio da Alvorada 12 ministros, quase todos parlamentares, e cobrou ação política para evitar a instalação da CPI. Eles têm uma semana para conseguir a retirada de assinaturas, antes que o requerimento seja lido em sessão do Congresso. Cargos, verbas, a nomeação de um ministro, persuasão e terror podem ser empregados livremente, mas o discurso oficial contra a CPI será político e jurídico.

“O requerimento é flagrantemente inconstitucional, sem nenhum objetivo de investigar, até porque este governo é transparente e não esconde o que investiga”, disse o ministro da Saúde, José Serra. “Isso não é investigação séria, é uma tentativa da oposição de dar um golpe de morte na administração e paralisar o país, para ter discurso eleitoral”, disse Roberto Brant, da Previdência Social. “O governo não conta mais com quem, da nossa base, assinou o requerimento; serão tratados como adversários”, acrescentou. “A oposição está no seu papel, mesmo que não seja patriótico, mas quem tem compromissos, cargos e opiniões convergentes com o governo não pode assinar”, disse Eliseu Padilha, dos Transportes.

Na reunião com os ministros o presidente cobrou uma intervenção no PSDB do Paraná, onde os

dois senadores do partido, os irmãos Álvaro e Osmar Dias, assinaram o requerimento. “Foi um erro lamentável ter dado a legenda a eles no passado”, comentou Fernando Henrique. A entrada dos Dias, egressos do PMDB, aliou dois ex-tucanos de muito trânsito, Euclydes Scalco e José Richa, além do governador Jaime Lerner, que optou pelo PFL. Os ministros foram chamados a agir partidariamente e o maior exemplo foi dado por Francisco Dornelles, que deixou temporariamente o Ministério do Trabalho para reassumir o lugar de deputado. Sua suplente, Alcione Athayde (PSB-RJ) havia assinado o requerimento.

Dornelles vai coordenar na Câmara o esforço para retirar assinaturas e volta a ser ministro depois da leitura do requerimento. Está acertada com o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), a convocação de sessão do Congresso quarta-feira, dia 16, quando o requerimento será lido e iniciados os prazos regimentais para a tramitação. “Depois disso não fará mais sentido tentar tirar assinaturas”, disse Dornelles. A oposição pediu convocação extraordinária do Congresso, o que deve ser negado hoje em reunião do colégio de líderes. Não interessa a ninguém adiar a próxima sessão ordinária. Atrasaria a votação de medidas provisórias e de créditos suplementares, entre eles o que dá R\$ 70 milhões em verbas para os gabinetes dos deputados.

Emendas de parlamentares ao Orçamento do ano passado, que caíram na rubrica restos a pagar, estão sendo liberadas desde o início da semana, quando Fernando Henrique foi despertado para a gravidade da crise, em conversas com Dornelles, Padi-

lha e os líderes do PSDB e do PMDB no Senado, Sergio Machado (CE) e Renan Calheiros (AL), respectivamente. Dornelles e Padilha defendem o aliciamento de deputados “mal-atendidos”.

Nessas conversas foi acertada a operação de guerra desencadeada ontem, com atraso reconhecido pelos próprios articuladores. A operação inclui a escolha do novo ministro da Integração Nacional, que deve sair do PMDB. A indicação deve servir para compor divisões internas do partido, mas levará em conta a capacidade de o indicado atrair dissidentes. A cotação do deputado Michel Temer (PMDB-SP), por exemplo, é equivalente a cinco assinaturas menos para a CPI.

Mesmo insistindo na retirada, o governo já prepara o que seria a solução final para a ameaça de CPI: derrubá-la na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), onde poderia ser declarada inconstitucional pela ampla maioria de deputados fiéis ao governo. “Retirar assinaturas é uma etapa, mas é importante que a CPI seja derrotada em público, com argumentos jurídicos e políticos, com dignidade”, disse Renan Calheiros.

Na avaliação do governo e de vários ministros e líderes, o governo recobrou ontem sua capacidade de articulação, mas o episódio também reforçou o ambiente de crise. A começar pelo cancelamento das sessões de ontem do Congresso. Uma seria em homenagem à memória do governador Mário Covas. Teve de ser cancelada para que não fosse pedida a leitura do requerimento pela oposição. Lila Covas, viúva do governador, e membros da família já estavam em Brasília e foram avisados de última hora. *(Colaborou Taciana Collet)*



Dornelles: trabalho nos bastidores foi aprendido com duas raposas políticas — Tancredo e Golbery do Couto e Silva